

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS-UFAL
CENTRO DE EDUCAÇÃO-CEDU

ALDILENE DO NASCIMENTO ALVES
ANA LUCIA MALTA SOARES

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NAS ESCOLAS: Instrumentos Políticos e Pedagógicos

Maceió

2021

ALDILENE DO NASCIMENTO ALVES
ANA LUCIA MALTA SOARES

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NAS ESCOLAS: Instrumentos Políticos e Pedagógicos

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Pedagogia da Universidade Federal de
Alagoas, em cumprimento às exigências para a
obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Andréa Giordanna
Araújo da Silva

Maceió
2021

Dados Internacionais da Catalogação da Publicação (CIP)

Ficha catalográfica elaborada por: Lucia Lima do Nascimento – CRB4 – 1537

A474e Alves, Aldilene do Nascimento.
Educação antirracista nas escolas: instrumentos políticos e pedagógicos
/Aldilene do Nascimento Alves, Ana Lúcia Malta Soares. – 2021.
27 f.

Orientadora: Andréa Giordanna Araújo da Silva.
Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal de
Alagoas. Centro de Educação. Maceió, 2021.

Bibliografia: f. 24-27.

1.Racismo - Escolas. 2.Recursos pedagógicos. 3.Secretaria de Educação
Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) 4. Relações
Étnicorraciais. I. Título. II. Soares, Ana Lucia Malta.

CDU: 37.014

**ALDILENE DO NASCIMENTO ALVES
ANA LUCIA MALTA SOARES**

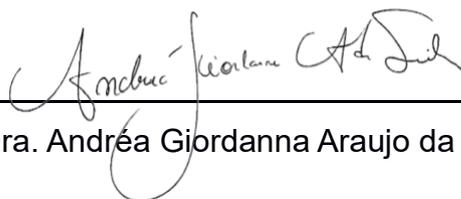
**EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NAS ESCOLAS: INSTRUMENTOS POLÍTICOS
E PEDAGÓGICOS**

Trabalho apresentado ao Colegiado do Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para obtenção da nota final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em 01/04/2021.

Orientadora: Profa. Dra. Andréa Giordanna Araujo da Silva (CEDU/UFAL)

Comissão Examinadora



Profa. Dra. Andréa Giordanna Araujo da Silva(CEDU/UFAL)



Profa. Dra. Jordânia de Araújo Souza Gaudêncio (CEDU/UFAL)



Prof. Me. Fernando Antônio Mesquita de Medeiros (CEDU/UFAL)

Educação Antirracista nas Escolas: instrumentos políticos e pedagógicos

Aldilene do Nascimento Alves

Ana Lucia Malta Soares

Orientação: Prof^a. Dr^a. Andréa Giordanna Araújo da Silva

RESUMO:

O racismo é um problema estrutural da sociedade brasileira que precisa ser enfrentado principalmente no ambiente escolar. Com esta perspectiva, o trabalho apresenta o levantamento e a análise de dispositivos oficiais e obras pedagógicas e a descrição da estrutura e forma de funcionamento da Secretaria de Educação continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) tendo como objetivo observá-los como ações políticas afirmativas, indutoras de formações e produções pedagógicas que possibilitam o desenvolvimento de práticas de ensino de perspectiva antirracista no interior da escola. De natureza documental e tendo como fontes primárias diversos documentos e materiais originais, que poderiam ser usados como fonte de informação (PRODANOV; FREITAS 2013, p. 56), a investigação teve como recursos teóricos os estudos de Munanga (2005), Coqueiro (2008), Luciano (2006) e Cipriano (2007) para compreensão da educação justa para os diversos grupos étnicos. Concluímos que obras pedagógicas, analisadas neste estudo, são produções culturais e científicas indutoras de ações de combate ao racismo e ao preconceito, que possibilitam a reflexão e conscientização, no ambiente escolar, sobre a importância da diversidade racial e cultural na formação da sociedade brasileira.

Palavras-chave: Racismo; Relações Étnicorraciais; SECADI; Escola; Recursos Pedagógicos.

ABSTRACT:

Racism is a structural problem in Brazilian society that needs to be tackled mainly in the school environment. With this perspective, the work presents the survey and analysis of official devices and pedagogical works and the description of the structure and way of functioning of the Secretariat of Continuing Education, Literacy, Diversity and Inclusion (SECADI) with the objective of observing them as political actions affirmative, inducing training and pedagogical productions that enable the development of teaching practices from an anti-racist perspective within the school. Of documentary nature and having as primary sources several documents and original materials, which could be used as a source of information (PRODANOV; FREITAS 2013, p. 56), the investigation had as theoretical resources the studies of Munanga (2005), Coqueiro (2008), Luciano (2006) and Cipriano (2007) for understanding fair education for different ethnic groups. We conclude that pedagogical works, analyzed in this study, are cultural and scientific productions inducing actions to combat racism and prejudice, which allow reflection and awareness, in the school environment, about the importance of racial and cultural diversity in the formation of Brazilian society.

Keywords: Racism; Ethnic-racial relations; SECADI; School; Pedagogical Resources.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, as práticas políticas, do final do século XIX e início do século XX, que pretendiam promover o branqueamento da população brasileira foram constituídas a partir de uma imagem negativa da população negra e uma imagem positiva do sujeito branco. Silva (2001, p. 16) aponta que “A ideologia do branqueamento se efetiva no momento em que, internalizando uma imagem negativa de si próprio e uma imagem positiva do outro, o indivíduo estigmatizado tende a se rejeitar, a não se estimar [...]” procurando sempre se igualar as características do outro grupo dominante, tidas como características boas e perfeitas. “Essa construção se expressa, entre outros, no que é ensinado, como é ensinado e para quem se ensina” (SANTOS, 2017, p. 9). Por isso, é importante “Trazer para dentro da escola a temática do racismo, do preconceito e discriminação racial para ocupar espaços importantes de discussão e práticas voltadas à educação que promovam o respeito à diversidade étnico-racial e cultural da sociedade brasileira” (COQUEIRO, 2008, p. 3).

O racismo é um problema de todos e envolve toda a sociedade brasileira, principalmente os educadores que estão em contato diário com essa problemática, dentro das escolas. Devemos considerar que a sala de aula é um dos processos educativos de trocas de saberes, sobretudo, entre alunos de diferentes grupos sociais; o que falamos, discutimos e refletimos pode influenciar sobre as suas atitudes e as relações que são estabelecidas dentro e fora das escolas. Nesse contexto “O resgate de memórias coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de ascendência negra. Interessa também aos alunos de outras ascendências étnicas, [...], pois ao receber uma educação envenenada pelos pré-conceitos, eles também tiveram suas estruturas psíquicas afetadas” (MUNANGA, 2005, p. 16).

Por muitas vezes, o ato de discriminar está relacionado com a naturalização das práticas de racismo, que foram reproduzidas e “inovadas” a cada geração. Muitos brasileiros negam suas origens e identidade devido à falta de conhecimentos que lhes permitissem desvendar, conhecer, saber e perceber a diversidade na sociedade. Considerando o racismo como um problema estrutural da sociedade brasileira, que precisa ser enfrentado também no ambiente escolar Arroyo (2019, p.11) questiona que [...], nas escolas públicas não há como ignorar os corpos precarizados que chegam marcados pela fome, pelos sofrimentos, pelas múltiplas violências e doenças”.

Assim, a pesquisa apresenta os dispositivos oficiais (2003-2012), iniciando um recorte a partir da Lei 10.639/2003 até a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da

Educação Básica em situação de itinerância e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) como práticas governamentais afirmativas indutoras de formações e produções pedagógicas e didáticas que possibilitam o desenvolvimento de práticas de ensino de perspectiva antirracista no interior da escola pública. De natureza documental e tendo como fontes primárias diversos documentos e materiais originais, que poderiam ser usados como fonte de informação (PRODANOV; FREITAS 2013, p. 56), o estudo teve como recursos teóricos os estudos de Munanga (2005), Coqueiro (2008), Luciano (2006) e Cipriano (2007) para compreensão da educação justa para os diversos grupos étnicos e o ensino que aborde os grupos étnicos e culturais numa perspectiva antirracista e democrática.

2 DOCUMENTOS OFICIAIS E APARELHO GOVERNAMENTAL INDUTORES DE PRÁTICAS INSTITUCIONAIS ANTIRRACISTAS NO BRASIL

Os documentos oficiais são importantes instrumentos de promoção e valorização de ações afirmativas no Brasil; possibilitam a produção de práticas políticas, culturais e educativas de combate ao racismo; incentivando a produção de conhecimentos e de atividades pedagógicas no âmbito da sociedade e da escola que respeite as diversidades dos sujeitos e grupos sociais.

Por conseguinte, analisa-se um conjunto de documentos que podem ser utilizados para nortear o trabalho educativo antirracista no ambiente escolar: Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais (BRASIL, 2006); Orientações Curriculares Nacionais da Educação Infantil e Municipais (Prefeitura de Maceió) (BRASIL, 2015); A Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) (BRASIL, 1990) e o Estatuto da Criança do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996); Estatuto da Igualdade Racial (BRASIL, 2010); Constituição Federal (BRASIL, 1988); Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004), a Lei nº 10.639/2003 História e Cultura Afro-Brasileira (BRASIL, 2003) e a Lei nº 11.645 (BRASIL, 2008), que contempla o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena e Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial e as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais (BRASIL, 2009).

A Constituição Federal de 1988 garante, no seu Art. 3º, “[...] promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988, p. 1). O Estatuto da Criança e do Adolescente o (ECA), no seu Art. 3º, afirma

que “A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, [...] por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social” (BRASI, 1990, p. 1).

Os direitos enunciados aplicam-se a todas as crianças e aos adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem.

É importante destacar que a Lei nº 10.639/2003 proporcionou mudanças na educação brasileira ao incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. A Lei em questão contempla as reivindicações e as conquistas dos movimentos sociais e negros no Brasil e anuncia a valorização da pluralidade étnica e, principalmente, busca entender e refletir sobre a exclusão dos negros na nossa sociedade. “Desta forma, cabe às escolas incluir diariamente, no contexto dos estudos, atividades que abordem as contribuições histórico-culturais dos povos africanos a fim de valorizar a identidade, o reconhecimento e os processos das lutas dos negros no Brasil até os dias atuais” (BRASIL, 2019, p. 1).

Em 2004, a publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana tinha como objetivo a valorização da pluralidade étnico-racial no Brasil, orientava o trabalho pedagógico e pretendia incentivar a produção materiais pedagógicos e bibliográficos para as instituições de ensino.

Em 2006, o Ministério da Educação, através da Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, apresentou as Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais, documento no qual são apresentados conteúdos e propostas de atividades para os diferentes níveis de ensino da educação básica, indica a faixa etária ou modalidade de ensino, observando conhecimentos históricos e práticas culturais que podem ser objeto de ensino no campo educacional; com temas e produtos pedagógicos relacionados à diversidade étnico-racial do Brasil: brincadeiras, músicas, jogos, vídeos, literatura, recursos didáticos, biografias e outros.

Em março de 2008, a Lei nº 10.639 foi alterada pela Lei nº 11.645, que incluiu no currículo escolar das instituições de ensino fundamental e ensino médio a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. O objetivo da lei era ampliar a formação dos brasileiros e das brasileiras e criar práticas antirracistas desde a infância com a inclusão das

histórias e das culturas negras e indígenas como componentes formais ensino e apresentados de forma crítica e positiva nas práticas pedagógicas. O dispositivo oficial pretendia desmistificar visões estereotipadas e preconceituosas em relação ao indígena: preguiçoso, cruel, bárbaro, canibal e outras denominações negativas. Em sentido mais amplo, pretende estimular práticas de ensino antirracistas nas escolas, de forma que coloque os negros e os indígenas como atores do processo histórico de formação do Brasil.

Com relação à educação escolar própria com/para povos indígenas, Luciano (2006, p. 91) argumenta que “No Brasil há um sério problema histórico, que é pensar a inclusão dos povos indígenas nas políticas públicas de forma experimental (piloto, pontual) ou de forma genérica, na carona de programas e projetos para outros seguimentos sociais”. O Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009, dispõe sobre a educação escolar indígena e define sua organização em territórios etnoeducacionais e aponta para a “[...] laboração e publicação sistemática de material didático e específico direcionado” (BRASIL, 2009, p. 2).

A educação indígena se organiza em processos tradicionais de aprendizagens, que envolvem saberes e características de cada grupo étnico; são saberes e conhecimentos transmitidos usualmente através da oralidade. As narrativas das lutas dos povos indígenas representam um grande acervo de conteúdo que precisa ser acessado pelos indígenas e pelos não indígenas com a finalidade de compreender qual educação faz-se necessária. A educação escolar indígena, cada vez mais, deve capacitar os indivíduos para criar e reformular as estratégias de resistência aos processos de exclusão política, cultural e econômica impostos aos povos indígenas no tempo presente.

Segundo Moura (2001, p. 71), “[...] a história transmitida na escola privilegia apenas o registro escrito, quando se sabe que a história dos grupos indígenas ou das comunidades negras rurais, [...] toda e qualquer história local, é sempre um relato oral, [...] transmitido pelos mais velhos aos mais novos através das gerações”. Dito isso, não podemos pensar em uma escola indígena, sem pensar em materiais didáticos específicos e formação de professores que privilegie os conteúdos próprios das narrativas e práticas dos povos indígenas.

Observa-se que os povos indígenas têm dois lugares de disputas no âmbito escolar, em primeiro lugar, a escola indígena deve garantir uma formação que reconheça e privilegie os saberes da própria comunidade étnica; e em segundo lugar, a escola não indígena que precisa acessar a história e as culturas indígenas de maneira a reconhecer as especificidades culturais e étnicas de cada povo e os direitos históricos pelos quais lutam as comunidades étnicas no Brasil.

Em 2012, foram implantadas as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica para garantir o direito a educação básica às crianças, aos adolescentes e aos jovens em situação

de itinerância. Os sujeitos com vida de itinerância envolve vários grupos sociais: os circenses, os ciganos, indígenas, povos nômades, trabalhadores itinerantes, acampados, artistas de parque de diversão e teatro mambembe, logo são todos aqueles que se identifiquem e se reconheçam como em situação de itinerância. No seu artigo 1º, o dispositivo oficial destaca que “As crianças, adolescentes e jovens em situação de itinerância deverão ter garantido o direito à matrícula em escola pública, gratuita, com qualidade social e que garanta a liberdade de consciência e de crença” (BRASIL, 2012, p. 1). É preciso destacar que houve avanços relevantes para a comunidade cigana, mas ainda em passos lentos se comparados aos outros grupos sociais. Assim, como afirma Oliveira; Souza (2020, p.7) “[..], em relação aos ciganos, a escola tem contribuído para alfabetizar poucos, situação que corrobora para maior exclusão dos ciganos do sistema educacional e, conseqüentemente, do acesso aos amplos direitos sociais e políticos”.

Quando nos referimos ao racismo, a memória dos negros, e cada vez mais dos povos indígenas, é imprescindível, porém é importante lembrar que os ciganos foram e são vítimas históricas de perseguições e discriminações em diferentes partes do mundo. No Brasil existe uma diversidade dos povos ciganos; “[...] eles são artesãos, operários, músicos, artistas de circo, de televisão, de teatro, são professores, profissionais liberais, empresários e funcionários públicos” (CIPRIANO, 2007, p. 4). Os ciganos têm história, hábitos, costumes, língua e tradições que os diferenciam e os identificam como grupo étnico e cultural específico, passando essa a ser uma das formas de resistência mais relevantes contra as pessoas não ciganas, garantindo assim o reconhecimento de um cigano para com os outros, que estão espalhados em diversos países. Os povos ciganos evitam ensinar sua língua as pessoas não ciganas, mesmo que a língua tenha sido modificada ao longo dos anos, com o contato com outras culturas, ela ainda é um dos principais aspectos identidade cigana.

2.1 A Secad e a promoção sistemática de ações antirracistas

A Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) foi criada, em 2001, como política para inclusão da diversidade étnica, cultural e social no âmbito da educação e tinha como objetivo “instituir, no âmbito do MEC, mecanismos administrativos e de gestão necessários para formular, implementar, fomentar, acompanhar e avaliar políticas voltadas para os setores tradicionalmente privados de seus direitos básicos no campo da educação” (BRASIL, 2004, p.11). Nessa perspectiva, a Secad tinha como um dos seus principais objetivos oferecer aos/às professores(as) uma formação continuada, de forma a

estruturar as escolas com conhecimentos, práticas pedagógicas e estratégicas de combate ao preconceito, à discriminação e ao racismo nas escolas brasileiras.

A organização da Secad trazia uma concepção institucional inovadora e buscava contemplar a eficiência gerencial e a participação democrática, com “[...] pluralidade de atores governamentais e sociais no desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a inclusão e diversidade” (BRASIL, 2004, p. 11). Uma das características inovadoras da Secad era a Transversalidade Intersetorial na composição das ações afirmativas, estruturadas por meio do diálogo entre diversos setores da sociedade e órgãos do governo, permitindo a criação de várias ações integradas, sendo capaz de planejar com maior eficiência as ações necessárias à escolarização antirracista, da educação infantil à educação superior.

As políticas, sob gerenciamento da Secad, tinham ligação direta com todas as demais unidades operacionais do MEC, especificamente com as secretarias de Educação Básica (SEB), Educação Especial (Seesp), Educação Profissional e Tecnológica (Setec), Educação Superior (Sesu) e Educação a Distância (Seed). Tendo em vista que a questão da transversalidade de suas políticas públicas buscava atuar especificamente na articulação intersetorial e interinstitucional no âmbito do governo federal, destaca-se “[...] a busca permanente de cooperação e entrosamento com os seguintes ministérios: Meio Ambiente, Cultura, Esportes, Reforma Agrária, Desenvolvimento Social, Integração Nacional, Saúde, Justiça e Secretária-geral da Presidência da República” (BRASIL, 2004, p.11). Assim, a Secad buscou ter um bom entrosamento com os órgãos do governo federal contribuindo para firmar parcerias estratégicas com os sistemas estaduais e municipais de ensino.

Era atribuição da Secad: “[...] planejar, orientar, coordenar, fomentar, acompanhar e avaliar, em âmbito nacional, a formulação e a implementação de políticas voltadas para a alfabetização e educação de jovens e adultos, educação indígena, educação ambiental, educação do campo e educação em áreas remanescentes de quilombos” (BRASIL, 2004, p. 16). Ainda, tinha entre as suas atribuições ofertar a formação inicial e continuada de professores e colaborar com a produção de materiais didáticos e pedagógicos para os diferentes níveis e modalidades de ensino. Assim, era tarefa da Secad desenvolver programas e ações que pudessem contribuir para a diminuição das desigualdades educacionais e para a melhoria da qualidade educacional.

Em 2011, ocorreu a fusão entre a Secretaria de Educação Especial com a Secad, passando a ser chamada de Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e

Inclusão (Secadi). Já em 2019, com o Decreto¹ nº 9. 465, publicado no Diário Oficial da União, as mudanças na estrutura e funções de algumas secretarias do Ministério da Educação provocou perdas e a Secadi passou a se chamar Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (Semesp), com a criação isolada ainda da Secretaria de Alfabetização (Sealf), que se tornou o suporte estratégico do governo para a reconfiguração do currículo escolar e para a formação de professores alfabetizadores.

A “[...] SECADI não brota espontaneamente da vontade dos governantes”, foi, “[...] sim, fruto de uma intensa luta pela Reforma Agrária e por Educação” (TAFFAREL; CARVALHO, 2019, p. 86). Foi ela, portanto, um importante espaço político criando na gestão pública federal, pois possibilitou a produção de várias ações que buscavam a promoção da igualdade racial, dentre elas a produção de materiais pedagógicos e didáticos para as escolas públicas. “Extinguir a SECADI, não significa somente menos política pública social para as populações do campo brasileiro. Significa mais do que isto. São medidas para destruir forças produtivas e assegurar as condições de (re)produção do capital” (TAFFAREL; CARVALHO, 2019, p. 87).

3 OBRAS PEDAGÓGICAS E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

As obras didáticas e pedagógicas que abordam questões e conteúdos relacionados aos grupos étnicos e culturais brasileiros podem ser consideradas textos indutores de ações afirmativas, assim como os dispositivos oficiais. Por conseguinte, devido à existência das Lei 10.639/2003 e nº 11.645/2008 passaram a ser produzidos e disponibilizados para as escolas públicas diferentes materiais pedagógicos e teóricos visando promover a formação continuada dos professores e induzir a formulação de práticas de ensino antirracista no ambiente escolar.

Abaixo listaremos algumas das obras disponibilizadas pela SECAD que consideramos importantes para a formação continuada de professores.

Quadro 1 - Obras para a formação continuada dos professores

Título da obra	Autor(a)	Editora	Ano	Financiamento
Uma história do povo Kalunga – livro do professor (2ª edição) e do aluno.	MEC	Secad	2001	SEF/MEC
Superando o racismo na escola	Kabengele Munanga	Secad	2001	Secad/MEC

¹ “O governo de Bolsonaro, empossado em 2019, em aproximadamente quatro meses, vem tomando sucessivas medidas governamentais, via Ministério da Educação, que, não só retiram conquistas, direitos, mas, que impõe um retrocesso sem precedentes na história educacional do Brasil, [...]” (TAFFAREL; CARVALHO, 2019, p.88).

Ações afirmativas e combate ao racismo nas américas.	Sales Augusto dos Santos.	MEC/ Secad	2004	Secad/MEC
Educação como exercício de diversidade.	Osmar Fávero e Timothy Denis Ireland (organizadores)	Secad	2004	MEC/Unesco
. Quilombo espaço de resistência de homens e mulheres negras.	SECAD/ Rede de Desenvolvimento Humano - REDEH	Secad	2005	Secad/MEC REDEH.
Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais	Maria Aparecida Silva Bento	Unesco	2005	Secad/MEC
Estória Quilombolas.	MEC	Secad	2005	Secad/MEC
Formação de professores indígenas: repensando trajetórias	Luís Donisete Benzi Grupioni	Secad	2005	Secad/MEC
Dimensões da inclusão no Ensino Médio: mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola	Maria Lúcia de Santana Braga, Edileuza Penha de Sousa e Ana Flávia Magalhães Pinto (organizadoras).	Secad	2006	Secad/MEC
A Presença Indígena na Formação do Brasil	João Pacheco de Oliveira e Carlos Augusto da Rocha Freire	Secad	2006	Secad/MEC Unesco Laced/Museu Nacional
Acesso e permanência da população negra no ensino superior	Maria Auxiliadora Lopes e Maria Lúcia de Santana Braga (Organizadoras)	Secad	2007	Unesco
Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais	Andreia Barreto Leila Araújo e Maria Elisabete Pereira	Secad	2008	SPM/PR Seppir ² PR Secad/MEC.
História geral da África 8 Volumes: I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII	Vários autores	Unesco	2010	Unesco Secad/MEC UFSCar.
Minas de dos Quilombos.	MEC	Secad	2010	Secad/MEC
Yoté O jogo da nossa história.	MEC	Secad	2010	Secad/MEC
O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje	Gersem dos Santos Luciano	Secad	2010	Laced UFRJ UFRJ ³ Fundação Ford Unesco
Características Gerais dos Indígenas Resultados do Universo.	O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística		2013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão IBGE ⁴
Indicadores da Qualidade na Educação: Relações na Escola/Ação Educativa.	Denise Carreira	Secad	2013	Secad/MEC
Ciganos documento orientador	SECADI/MEC	Secad	2014	SNDH, Seppir e MinC

² Secretaria de Políticas de Promoção para a Igualdade Racial (Seppir)

³ Projeto Trilhas de Conhecimentos: o Ensino Superior de Indígenas no Brasil / LACED — UFRJ.

⁴ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE

para os sistemas de ensino.				
Redução das Desigualdades em Saúde nas Comunidades Ciganas no Brasil: Subsídios para discussão.	Elisa Costa; José Daniel Juarez Rolim	Secadi	2014	Secad/MEC
História e cultura africana e afro-brasileira na educação infantil.	MEC	Secadi	2014	Secad/MEC Programa Brasil-África: Histórias Cruzadas, desenvolvido por meio da parceria entre a Representação da Unesco no Brasil e o Ministério da Educação

Fonte: elaborado pelas autoras (2020).

Diante a exposição das informações no Quadro 1, observa-se que houve um aumento significativo na produção de obras pedagógicas direcionadas as questões étnicas no período de 2004 a 2014 disponibilizadas para formação de professores da educação básica, oferecidas pelo MEC e disponibilizadas pela Secad. As obras pedagógicas destacadas foram disponibilizadas para formação de professores e gestores, vistas como recursos indutores do combate ao racismo e ao preconceito, visando a constituição de uma educação escolar antirracista. Os materiais pedagógicos e bibliográficos servem como instrumento que poderá auxiliar o professor nas suas atividades diárias em sala de aula.

Proporcionando, assim, um novo diálogo e uma maior reflexão sobre a importância de se trabalhar em sala de aula a diversidade e inclusão dos sujeitos que foram e são excluídos da história. Pretende incluir nas práticas do currículo escolar saberes e aprendizados relacionados aos povos negros, quilombolas, indígenas e ciganos. Acreditamos que as leis são indutoras de produções acadêmicas, político-pedagógicas, didáticas e culturais que têm contribuído para formação de professores e incentivado a criação de projetos de pesquisa e de formação de forma colaborativa, entre instituições nacionais, internacionais, estatais e não estatais.

Concluimos que as obras bibliográficas e pedagógicas disponibilizadas pela Secad são importantes instrumentos de trabalho para o professor, que deve auxiliar no seu fazer pedagógico, em diferentes disciplinas escolares, os materiais são importantes, mas sem formações os mesmos acabam, por vezes, se tornando pouco utilizados. Estamos cientes que não encontramos e analisamos todas as obras publicadas no período estudado, mas consideramos o acesso ao material como elemento fundamental de estímulo à leitura e à formação do professor.

Entre as obras catalogadas observamos 2 obras relacionadas à educação infantil (2005-20013); para tratar da história do negro foram encontradas 15 obras (2004- 2010), sobre os quilombolas obtivemos 6 obras (2001- 2006); sobre os povos indígenas encontramos 4 obras (2006-2010) e finalmente os ciganos são obras 2 (2014) disponibilizadas pelo MEC. As obras referentes as questões étnico-raciais, analisadas neste estudo, somam um total de 28 textos destinados à formação de professores e ao trabalho com os diferentes grupos étnico-culturais elencados para este estudo: negros, indígenas e ciganos.

Durante a realização do estudo catalogamos alguns recursos didáticos relacionados à nossa temática de pesquisa, disponibilizados no site do MEC e também realizamos pesquisa de campo, em uma escola de ensino fundamental, anos iniciais, da rede pública de ensino municipal de Maceió. Todavia, devido à dificuldade de identificar a origem nos materiais didáticos e a problemas na continuidade da pesquisa, provocados pela realização de reformas na estrutura física da escola e pela greve dos professores municipais (2018-2019), e da Pandêmica Covid -19 (2020) optamos por seguir com o levantamento e a análise dos recursos bibliográficos e pedagógicos disponibilizados no site do MEC. Mesmo não tendo resultados conclusivos, esse procedimento nos possibilitou identificar que as escolas já dispõem de materiais para o trabalho com a diversidade étnica relacionada à cultura e à história negra, os povos indígenas e itinerantes ainda não são sujeitos prioritários das políticas de produção de materiais didáticos.

Sabemos da importância do papel do professor enquanto educador significa estar comprometidos com as causas sociais, políticos e educativos. Freire (1996, p. 14) nos ajuda a refletir sobre “[...] a importância do papel do professor educador, o mérito da paz com que viva a certeza de que faz parte da tarefa docente não apenas ensinar os conteúdos, mas também ensinar a pensar certo”. Compreendemos que ser professor é desafiador, mas é necessário sermos seres conscientes culturalmente e socialmente. Sendo relevante temos consciência de que somos seres inacabados e que estamos sempre em processos de aprendizagens, por isso, é preciso ter atenção à realidade social e, além disso, é preciso uma prática social pedagógica que possibilite mudanças significativas culturalmente e socialmente na vida dos sujeitos.

Nessa perspectiva, Freire (1996, p. 23) afirma que:

[...], inacabado, sei que sou ser condicionado, mas, consciente do inacabado, sei que posso ir mais além dele. Está é a diferença profunda entre o ser condicionado e o ser determinante. A diferença entre o inacabado que não se sabe como tal inacabado que historicamente e socialmente alcançou a possibilidade de saber-se inacabado.

Durante nossa formação acadêmica, trilhamos vários caminhos, desde os estágios supervisionados na área da gestão escolar, educação infantil, ensino fundamental até a formação de professores nas escolas públicas de Maceió. Esse percurso nos propiciou diversos olhares em relação a teoria e prática diversas indagações sobre a temática que nos conduziu aos recursos oficiais e pedagógicos necessários à formação inicial dos professores.

Percebemos diante das nossas observações que há uma certa dificuldade e limitação na implementação da Lei nº 10.639/2003 na escola pública municipal de Maceió. Diante de muitos questionamentos e hipóteses, notamos que isso acontecia devido a falta de conhecimentos acerca das diversidades culturais brasileiras e suas importâncias como objeto de ensino no ambiente escolar. Além disso, ainda tem a precariedade da formação inicial dos docentes e a ausência dos recursos pedagógicos no interior da instituição referente a cultura brasileira tais como: brinquedos e jogos didáticos, literaturas infantil e infanto-juvenil e pedagógica que incluam a diversidade dos diferentes grupos sociais para se trabalhar com o que determina a Lei nº 10.639/2003.

Assim, em 2017 no Estágio Supervisionado para formação continuada dos professores, gestores e direção de uma escola pública municipal na periferia de Maceió, foram definidos temas que contribuíssem para formação continuada dos professores. Após o sorteio dos temas sugeridos, escolhemos a temática das “Questões Étnico-Raciais” e posteriormente, foi produzido um plano de aula para intervenção e formação dos docentes. A elaboração do plano de aula teve como tema “Questões Étnico-Raciais”. O Plano conteve: objetivos, conteúdos, procedimentos didáticos pedagógicos, recursos, avaliação e referências que se relacionam entre si. Para isso, o grupo pesquisou artigos, leis e documentos oficiais que tratam do tema em sua amplitude. O processo de construção dos materiais, assim como os slides que apresentamos a respeito do tema se deu através de pesquisas em artigos, leis, revistas, livros, vídeos, pesquisas na internet, entre outros. Procuramos tomar o maior cuidado para trabalhar com esse tema, uma vez que está tão presente na realidade das nossas escolas.

Por fim, ficou evidente diante das observações de campo que a Lei nº 10.639/2003 em uma escola pública municipal de Maceió precisa inserir um trabalho de formação continuada de professores sistematizando assim um trabalho reflexivo e crítico para os profissionais da educação que abordem temas como as questões raciais no ambiente escolar. O pressuposto levantado na pesquisa, a partir dos recursos bibliográficos e pedagógicos analisados, nos possibilitaram o acesso a novos conhecimentos, e a troca de experiências, e a pensar sobre estratégias e práticas inovadoras para inclusão da História e Cultura Africana-Afro-brasileira e Indígena como objeto de ensino na educação básica. Percebemos projetos específicos e ações

pedagógicas cotidianas podem ser desenvolvidos com a abordagem das questões raciais e a educação antirracista, contribuindo para implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008.

3. 1 Descrição de obras pedagógicas

Para melhor compreensão sobre a importância dos documentos pesquisados como instrumentos pedagógicos de formação inicial e continuada de professores, apresentaremos os conteúdos das obras levantadas e classificadas neste estudo.

3.1.1 “Uma história do povo Kalunga- livro do professor (2ª edição) e do aluno” (2001)

O livro apresenta a história e as memórias individuais e coletivas do povo Kalunga, é direcionado, especificamente, para professores e alunos da comunidade Kalunga e para as escolas quilombolas, do ensino fundamental. A obra tem como foco mostrar a história dos povos africanos, seus costumes, suas crenças, tradições e suas manifestações culturais. O texto descreve atividades didáticas e projetos de pesquisas possibilitam trabalhar com temas que incluem a diversidade étnico-cultural, aprofundando os conhecimentos acerca da pluralidade cultural do povo brasileiro, desde os primeiros quilombos até os dias atuais, buscando valorizar as suas contribuições enquanto sujeitos históricos.

3.1.2. “Superando o racismo na escola” (2001)

A obra tem como objetivo a defesa da inclusão social e o combate à exclusão racial, abordando temáticas sobre racismo, preconceitos e discriminação dentro do contexto educacional. Haja vista que a formação cultural do Brasil se caracteriza pela miscigenação entre etnias, os textos sugerem atividades, conteúdos e sugestões de práticas de desconstrução e reversão da ideologia racista no cotidiano escolar; apresentando 12 artigos produzidos por professores e especialistas na área educacional, com a finalidade da superação do racismo, ainda presente em nossa sociedade. Apresenta, portanto orientações, sugestões, conteúdos e atividades lúdicas para o planejamento do professor e da instituição escolar, tais como: teatro, artes visuais, estética, música, dança e literatura referente a cultura afro-brasileira e africana, ainda enfatizando as possibilidades do trabalho interdisciplinar.

3.1.3 “Ações afirmativas e o combate ao racismo nas Américas” (2004)

A obra tem como finalidade contribuir para diminuir o racismo nos sistemas educacionais brasileiros e na sociedade, através de políticas públicas concretas. Além disso, os textos visam auxiliar os professores e gestores com informações e conhecimentos úteis ao enfrentamento do racismo tão presente na sociedade brasileira. Ademais, os textos incluem conteúdos sobre os sistemas de cotas nas universidades públicas para o nível superior de ensino, visando dar uma maior visibilidade (vida dos negros) antes e depois do ingresso na educação superior. Assim, os textos mostram exemplos de ações concretas, com conteúdo informativo sobre as ações afirmativas no Brasil, que são qualificadas como direitos humanos.

3.1.4. “Educação como exercício de diversidade” (2004)

Esta é uma coletânea com vários artigos direcionados aos professores brasileiros. São trabalhos voltados para inclusão dos sujeitos e mostra também a luta pela diminuição das desigualdades sociais e educacionais, em busca de uma sociedade que respeite as diferenças. O principal foco desse trabalho apresentar aos professores e professoras outras culturas e a diversidade como elemento estrutural de uma sociedade mais democrática e igualitária. Os textos contêm conteúdos pedagógicos que convidam os professores e os gestores e a sociedade a refletir sobre as relações entre educação, diversidade e inclusão com temáticas sociais pertinentes diante de uma estrutura desigual. Trazendo para o centro do planejamento educativo um diálogo positivo referente a diversidade existente na sociedade.

3.1.5. “Quilombo espaço de resistência de homens e mulheres negras” (2005)

A obra tem como finalidade proporcionar ao leitor e a leitora maior reflexão e questionamento sobre o contexto histórico da libertação dos negros e lutas e formas de resistência, apresentado a biografia de grandes líderes negros e negras que fizeram a diferença na luta e resistência contra a escravidão no Brasil, principalmente, reconhecendo as mulheres negras que foram apagadas da história oficial e do currículo escolar.

3.1.6. “Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais.” (2005)

A obra propõe uma visão mais ampla e reflexiva diante de alguns aspectos jurídicos acerca da temática da diversidade racial na primeira infância. Os textos estão direcionados para

formação inicial e continuada de professores para estarem aptos a trabalharem com atividades que abordem e estimulem práticas pedagógicas sobre as questões étnico raciais no contexto escolar, principalmente na educação infantil. Com princípio pedagógico que contribua com a construção da identidade racial de forma positiva entre os sujeitos.

3.1.7. “Estória Quilombolas” (2005)

São estórias pedagógicas destinadas para os alunos das escolas com o objetivo de introduzir um segundo olhar de novos conceitos, conhecimentos, crenças e valores tradicionais e culturais que informam e formam as futuras gerações de um passado de luta, diversidade e resistência dos nossos ancestrais. Convém analisar, que as estórias são contadas nos mais diversos espaços e ambientes que constituem um riquíssimo acervo de informação para os alunos e professores. Com estórias religiosas; estórias de animais; estórias de assombração e estórias de mistérios. Uma vez que, muitas pessoas, desconhecem o modo de vida dos povos que vivem em comunidades remanescentes de quilombos. Em razão disso, é de suma importância conhecer um pouco das estórias contadas por quilombolas, contadores populares que buscam manter viva a história, a memória e as raízes, pois são estórias contadas por pertencentes da comunidade, são conteúdos que servem de debates e reflexões com a finalidade de conhecer e valorizar a diversidade. Ademais, estão anexadas algumas sugestões de atividades pedagógicas para auxiliar os professores e alunos, indicando bibliografias que servem para ampliar a formação do professor e da professora sobre o tema.

3.1.8 “Dimensões da inclusão no ensino médio, mercado de trabalho religiosidade e educação quilombola” (2006)

Essa obra apresenta um conjunto de textos que buscam debater sobre a democratização da educação brasileira que advém de políticas públicas voltadas para a promoção do acesso da população negra à universidade. Nesta direção, os textos apresentam algumas reflexões acerca das expectativas sobre a inserção de jovens negros e negras no mercado capitalista. Além disso, a pesquisa aborda várias estratégias pedagógicas para se trabalhar as experiências das populações negras das zonas rurais e apresentando suas contribuições para diversidade cultural da sociedade brasileira.

3.1.9 “Acesso e permanência da população negra no ensino superior” (2007)

Os textos dessa coletânea buscam promover um debate reflexivo dos conteúdos e práticas voltadas para a ampliação das políticas de acesso, permanência e perspectivas de conclusão dos estudos de estudantes indígenas e negros no ensino médio e na educação superior.

3.1.10 “Gênero e Diversidade na Escola Formação de Professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais” (2008)

A proposta da obra é tratar da relação entre gênero, discriminação sexual e questões étnico-raciais. Observando ser importante que os profissionais da educação conheçam e se instrumentalizem com conteúdo que possam contribuir para uma maior reflexão acerca da diversidade cultural brasileira. Sendo necessário combater qualquer tipo de preconceito e discriminação nos espaços escolares.

3.1.11 “História Geral da África” (2010)

Este título abrange o conjunto de oito obras sobre a História da África, com conteúdo da pré-história do continente africano até a contemporaneidade, tendo como finalidade contribuir para reflexibilidade sobre o importante papel da África para humanidade, apresentando as relações históricas entre o Brasil e África. Entendemos que a história da África é um patrimônio cultural e mundial que deve ser estudado e reconhecido em todas as escolas brasileiras para o desenvolvimento de uma sociedade que interaja de várias formas com as civilizações presente, a fim de erradicar esse cenário de preconceito que vivemos em nosso país. Levando em consideração o papel e as contribuições dos negros que vieram da África que contribuíram para formação da sociedade brasileira.

3.1.12 “Minas de Quilombos” (2010)

A obra é um material que tem como ponto de partida recuperar parte da história do Brasil contada pelos povos negros e seus descendentes brasileiros com a intenção de buscar um novo olhar de resgate sobre as comunidades quilombolas mineiros. Com o propósito de que os docentes possam conhecer e refletir sobre a cultura local e nacional, valorizando e resgatando

a história, mas também mantendo viva as tradições, em especial das crianças, jovens e mulheres quilombolas, servindo de apoio pedagógico na prática docente. O livro também traz atividade para se trabalhar com crianças a partir da exploração dos objetos e de brincadeiras antigas, trabalha com as danças, as músicas, as lendas e contos da comunidade quilombola. Resgatar e dar voz a cultura das comunidades quilombolas é romper com um sistema educacional colonial, onde os alunos tem uma só visão de mundo.

3.1.13 “Yote o jogo da nossa história” (2010)

O jogo é destinado para alunos das escolas brasileiras, constitui-se um material didático pedagógico que busca resgatar a história dos afro-brasileiros, destacando sua importância e contribuição para os diversos setores da sociedade e se destina, especialmente para àquelas crianças que estão nas áreas de Remanescentes de Quilombos. Mas também, para todos os alunos das escolas brasileiras. O jogo conta a vida e a obra de alguns intelectuais brasileiros, abrindo a possibilidade de incluir também, personagens da própria localidade. O instrumento pedagógico busca destacar a história de personagens negras que desempenharam papéis importantes no cenário brasileiro. Por conseguinte, apresenta indicação de links para pesquisas e dicionários com termos sobre mulheres e homens negros (as).

3.1.14 “Indicadores da qualidade na educação: relações raciais na escola/ ação educativa” (2013)

A obra permite aos professores rever suas práticas escolares e mostra novas aprendizagens que podem serem desenvolvidas nos espaços escolares em busca de uma educação que valorize a diversidade racial. Busca incentivar o diálogo entre a escola e os diversos pesquisadores dos sistemas educacionais brasileiros na área da educação sobre as questões étnico-raciais, visando dar visibilidade aos sujeitos silenciados historicamente. Além disso, busca disponibilizar conteúdo que colabore com desenvolvimento de projetos educativos voltados para o fortalecimento da igualdade racial e o enfrentamento das desigualdades.

3.1.15 “História e cultura africana e afro-brasileira na educação infantil” (2014)

A obra tem o objetivo de integrar de forma simultânea os conhecimentos sobre o Brasil e a África, de maneira a identificar e esclarecer as influências africanas e o seu protagonismo na construção da sociedade, na política e economia do país. Salienta-se que alguns estudos

mostram que existem comportamentos e atitudes discriminatórias entre as crianças na sua primeira infância, na escola e na sala de aula. Os textos apresentam uma das ferramentas pedagógicas para instrumentalizar o(a) professor(a) na luta antirracista. Trata de atitudes e comportamentos necessárias aos processos de aprendizagem mais humanos, justos e reflexivos na educação infantil.

Consideramos as obras descritas como recursos bibliográficos e, especialmente, pedagógicos necessários à formação inicial e continuada de professores, pois eles apontam os princípios norteadores para a organização de práticas curriculares que reconhecerem a diversidade étnica e cultural do Brasil como elemento estrutural da realidade e do cotidiano cultural escolar e da sociedade. Esses materiais servem com guia para instrumentalizar os professores no seu planejamento escolar com a finalidade de analisar e refletir sobre a importância da implementação da Lei n 10639/2003 e a Lei n 11.648/2008. Ao mesmo tempo em que se faz importantes essas produções, é necessário que as mesmas circulem e faça parte de cursos formativos para professores.

3.1.16. “A Presença Indígena na Formação do Brasil” (2006)

A obra é direcionada à formação continuada de professores, tem por objetivo mostrar a história dos indígenas no Brasil de forma não vitimada e estereotipada, tendo como foco atingir o público alvo que são os jovens e adultos excluídos socialmente dos processos de ensino e aprendizagens. Com intuito de mostrar a história indígena de forma diferente sob outra dimensão histórica buscando levar em conta o processo de formação e participação dos atores sociais das comunidades. Enfim, o livro tem como foco o público universitário e mais, especificamente os estudantes indígenas que iniciaram sua formação no nível superior, estimulando alunos e professores a buscarem novos conhecimentos importantes para o ensino de história, já que revelam interpretações dos fatos temporais.

3.1.17 “Formação de professores indígenas: repensando trajetórias” (2006)

A obra é direcionada para formação de professores indígenas visando uma nova política de educação para diversidade, em busca um novo olhar e lugar para a escola indígena. Busca-se estimular novas práticas reflexivas e inclusivas na formação de professores das comunidades para atuarem na própria comunidade. O documento quer servir de subsídio para os profissionais da educação que estão comprometidos com a implementação de programas de formação de

docentes indígenas nos estados brasileiros. Observamos que os textos mostram diferentes concepções no que diz respeito à educação escolar indígenas e as dificuldades de formar docentes indígenas para trabalhar nas comunidades indígenas.

3.1.18 “O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje”. (2010)

A obra contém textos de pesquisadores acadêmicos e educadores nacionais e internacionais, com o propósito de aprofundar as discussões e reflexões sobre as comunidades indígenas, suas lutas e resistências no contexto brasileiro. Os textos buscam contribuir para uma formação continuada de professores. O livro apresenta experiências de vida dos povos indígenas, suas diversidades, culturas, discriminações, preconceitos e os estereótipos vividos pelos indígenas. Assim sendo, aborda a diversidade sociocultural dos povos indígenas, seus direitos, e a luta pela preservação e valorização das suas culturas.

3.1.19 “Características Gerais dos Indígenas Resultados do Universo” (2010)

A obra foi elaborada pelo Instituto brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com dados do Censo Demográfico, a fim de conhecer as características gerais dos indígenas como agente populacionais, introduzindo critério de identificação, permitindo ter uma maior compreensão da grande diversidade indígena existente no Brasil. Os textos mostram-nos as características populacionais e socioeconômicas das comunidades indígenas com base na categoria de cor ou raça com informações importantes para o conhecimento e reconhecimento das comunidades indígenas residente no país.

3.1.20 “Ciganos documento orientador para os sistemas de ensino” (2014)

Este é um documento desenvolvido para acompanhar a implantação da resolução 03/2012, que instituiu as Diretrizes para o Atendimento da Educação Escolar às Populações em Situações de Itinerância. De forma a assegurar a escolarização das crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos ciganos nos municípios do Brasil e também assegurar, as condições de sua permanência nas escolas respeitando as diferenças, as culturas e a diversidade que deve ser a base da escola inclusiva. Os textos contêm conteúdos sobre a educação dos povos ciganos, suas conquistas legais e as tradições culturais.

3.1.21 “Redução das Desigualdades em Saúde nas Comunidades Ciganas no Brasil: Subsídios para discussão”. (2014)

Esta obra foi desenvolvida pelos profissionais da saúde com objetivo de valorizar as “Comunidade Romani” em âmbito nacional. De forma a desenvolver um trabalho mais humanizado para os povos ciganos valorizando a sua saúde, seu patrimônio sócio cultural, tradições, histórias e memórias. Tendo como foco o combate ao racismo, as discriminações e as desigualdades sociais das comunidades ciganas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Documentos oficiais e as produções pedagógicas, referentes aos grupos étnico-raciais, têm como finalidade instrumentalizar os professores, as professoras e os gestores e as gestoras para a promoção de uma educação antirracista. Visam colaborar com práticas sociais e pedagógicas que respeite a diversidade, que sejam livre de discriminação e preconceito.

Gomes (2012, p. 3) afirma que “O racismo imprime marcas negativas em todas as pessoas, de qualquer pertencimento étnico-racial, e é muito mais duro com aqueles que são suas vítimas diretas. Abala os processos identitários. Por isso a reação antirracista precisa ser incisiva”. Os documentos oficiais são instrumentos antirracistas porque são instrumentos de enfrentamento ao racismo e a discriminação cultural e social; constituem-se como subsídios importantes para a valorização e conscientização dos aspectos históricos e culturais dos diferentes grupos sociais. As leis passam a reconhecer as relações de poder constitutivas dos currículos escolares.

Esses dispositivos oficiais nos ajudam a desconstruir paulatinamente a imagem negativa a respeito dos negros, dos povos indígenas e itinerantes brasileiros. Entendemos que a lei por si só não garante que as instituições escolares irão abordar conteúdos sobre as questões raciais na sala de aula, mas é necessário estimular a inclusão das temáticas e, cada vez mais, instrumentalizar o professor e a professora, em sua formação teórica e atuação prática, para o trabalho com diferenças e vivências individuais e coletivas dos grupos étnicos e culturais. Nessa perspectiva, Arroyo (2019, p.59) afirma que “O racismo estrutural tão incrustado nos nossos padrões de poder, de classe, gênero, de trabalho... acrescenta radicalidades antiéticas aos

processos sociais, políticos, econômicos, culturais e até pedagógicos de ameaça vidas. [...] vidas ameaçadas têm cor, têm classe”, (2019, p.59)

A Secadi era uma ação governamental antirracista; foi um órgão responsável por todas as ações inclusão dos diversos sujeitos tais como: a educação do campo, educação étnico raciais, educação indígena e educação de jovens e adultos, buscando sempre respeitar as particularidades de cada grupo social. Além disso, a SECADI ela atuava também na área da educação especial desde a adaptação de pessoas com deficiência até a formação continuada de professores. Nesse cenário, a SECADI era parte, uma importante política educacional antirracista porque nos seus últimos anos vinha contribuindo para uma educação de inclusão social; atuava de forma articulada com os diferentes setores da sociedade de forma a integrar ações, saberes e esforços com o objetivo de enfrentamento dos problemas sociais e oferecer aos professores informações, conteúdos e estratégias de combate ao preconceito e discriminação racial.

Observamos que Secadi teve papel político relevante na gestão federal ao articular o trabalho com MEC com o de outros ministérios. Foi um importante instrumento político de criação de práticas políticas e pedagógicas antirracistas; possibilitou a produção de textos pedagógicos e bibliográficos que se apresentam como meios de interlocução, de informação e de formação para gestores e gestoras, professores e professoras e pessoas interessadas em fortalecer a educação antirracista. Enfim, é preciso ações permanentes de combate ao racismo e preconceito nas instituições de ensino públicas e privadas, para evitar as situações de constrangimento e discriminação sofridas pelos estudantes e pelas estudantes de diferentes origens sociais, culturais e étnicas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Wesley Faria. Por uma educação antirracista: a importância da Lei nº 10639/2003. **Educação Pública**, v. 19, nº 30. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/30/por-uma-educacao-antirracista-a-importancia-da-lei-n-1063903>>. Acesso em: 20 dez.2020.

ARROYO, Miguel G. **Vidas ameaçadas**: exigências-respostas éticas da educação e da docência. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

BATULI, Mirian Stanescon. **Povo cigano o direito em suas mãos**. Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural, Ministério da Cultua. Fundação Santa Sara Brasília-DF.

BENTO, Maria Aparecida Silva (org). **Educação infantil, igualdade racial e diversidade:** aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo, CEERT, 2012. Disponível em:http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_pedagogicos/edinf_igualdade.pdf

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação anti- racista:** caminhos abertos pela lei Federal nº 10.639/03. Secretária de educação continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: SECAD, 2005. Disponível em:<<https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/educacao-anti-racista-caminhos-abertos-pela-lei-federal-no-10-639-03,8a0898b2-f856-40e5-82ea-791deac973>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

_____. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Brasília: 2004. Disponível em: <<https://www.uel.br/projetos/leafro/pages/arquivos/DCN-s%20-%20Educacao%20das%20Relacoes%20Etnico-Raciais.pdf>>. Acesso em: 11 jun.2020

_____. Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Brasília: MEC/SECAD, 2013.

_____. Ministério da Educação. **Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais.** Secretária da Educação Continuada, Alfabetização. Brasília: SECAD,2006. Disponível em:<<http://eticoracial.mec.gov.br/component/k2/item/17-orientacoes-e-acoes#:~:text=O%20Minist%C3%A9rio%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20por,Educa%C3%A7%C3%A3o%20das%20Rela%C3%A7%C3%B5es%20%C3%89tnico%20Raciais>>. Acesso em:15 ago.2020.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes de. **Ensino de história:** fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. **Lei nº 10639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2003. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm>. Acesso em: 20 maio.2019.

_____. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm>. Acesso em: 28 jun. 2019.

_____. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.** Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm>. Acesso em: 20 jun.2020.

_____. Ministério da Educação. Educação das relações raciais: balanços e desafios da implementação da Lei 10639/2003. São Paulo, **Ação Educativa**, novembro de 2015. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org/relacoesraciais/10_anos_da_lei_10693_07_jul_2016.pdf>. Acesso em: 29 de junho 2019.

_____. Ministério da Educação. **Programas e ações**. Secretaria de educação continuada, alfabetização, diversidade e inclusão. SECADI, 2017. Brasília. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-diversidade-e-inclusao/programas-e-acoes>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

FUNDAÇÃO PALMARES. **16 anos da Lei 10639/2003**. Brasília, 2019. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/?p=52947> > Acesso em: 4 de out. 2019

CARVALHO, Andréa Aparecida de Moraes cândido de. **As imagens dos negros sem livros didáticos de história**. Tese (Mestrado em Educação) Florianópolis. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/88563/236610.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 20 ago.2020.

COQUEIRO, Edna Aparecida. O professor pde e os desafios da escola pública paranaense produção didático-Pedagógica, 2008. In: **Educação para as relações étnico-raciais: A naturalização do preconceito racial no ambiente escolar: Uma reflexão necessária**. Paraná 2008.

FONTENELE, Zilfran Varela. CAVALCANTE; Maria da Paz. **Práticas docentes no ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena**. São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ep/v46/1517-9702-ep-46-e204249.pdf> >. Acesso em: 22 ago. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

LIMA, Mônica. A África tem uma história. Afro-Ásia no.46, Salvador 2012. Rio de Janeiro 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0002-05912012000200009> Acesso em: 02 out. 2020.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/indio_brasileiro.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2020

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

_____, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. 2 ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

OLIVEIRA, Edluzia Maria Soares; ARAUJO, Jordânia de Araújo. **Desafios para a permanência de estudantes ciganos na escola: um olhar sobre a experiência em uma escola de Penedo/AL**. Revista de Estudos e Investigações Antropológicas ,2020.

Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/reia/article/view/247166/pdf>>. Acesso em: 8 de abr. 2021.

QUARESMA, Francinete de Jesus Pantoja; FERREIRA, Marília de Nazaré de Oliveira. Os povos indígenas e a educação. **Revista Práticas de Linguagem**. v. 3, n. 2, dez. 2013. Paraná, 2013. Disponível em: <<https://www.ufjf.br/praticasdelinguagem/files/2014/01/234-%e2%80%93-246-Os-povos-ind%3%adgenas-e-a-educa%3%a7%c3%a3o.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2020.

ROSA, Daniele dos Santos. (Org). Educação, Negritude e Raça no Brasil. **Revista Eixo**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília/IFB. v. 6, n. 1 (Jul - dez. 2017) - Brasília, DF: Editora IFB, 2017. Disponível em: <<http://revistaeixo.ifb.edu.br/index.php/RevistaEixo/issue/view/82/13>>. Acesso em 5 jul. 2020.

SECAD. Ministério da Educação. **Relatório de Gestão da SECAD – 2004**. Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade. Brasília - DF Fevereiro 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=18641-secadi-relatorio-gestao-mec-2004-pdf&Itemid=30192> Acesso em : 20 out. 2020

SILVA, Andréa Giordanna Araújo da. (org.). **O ensino de história nos anos iniciais do Ensino Fundamental**. Maceió: Café com Sociologia, 2020.

SILVA, Fabson Calixto da. **Ação afirmativa, Tensões e Relações Raciais na Educação: Repercussão em torno da Política de Cotas na Universidade Federal de Alagoas**. Tese (Mestrado em educação) - PPGE/UFAL, Maceió, 2014.

SILVA, Jeferson Santos da Silva, et al, (orgs). **Cabeça Preta: Pesquisa sobre a questão racial em Alagoas**. Instituto do Negro de Alagoas. Belo Horizonte: Nandyala, 2017.

SOUZA, Maciana de Freitas e. **Justificando mentes inquietas pensam direito**. A extinção da SECADI e o campo da Educação atual. Rio Grande do Norte (UERN), 2019. Disponível em: <<http://www.justificando.com/2019/01/17/extincao-secadi-campo-educacao-conjuntura-atual/>> Acesso em: 10. Set 2020.

TAFFARE. Celi Nelza Zulke; CARVALHO. Marize Souza. **A extinção da Secadi: um golpe fatal nas conquistas no campo da educação**. Fortaleza, v. 2, n. 1, 2019. Disponível em: file:///C:/Users/positivo/Downloads/1523-Texto%20do%20artigo-5543-2-10-20190814%20(1).pdf Acesso em: 31 ago. 2020.